

04/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECLAMAÇÃO 3.119-5 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECLAMANTE(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO(A/S) : PGE-SP - JOSÉ DO CARMO MENDES JÚNIOR
 E OUTRO(A/S)
RECLAMADO(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
 PAULO (PEDIDO DE SEQUESTRO Nº
 107.791.0/9-00)
INTERESSADO(A/S) : ESPÓLIO DE FAUSTINO DO COUTO SOUZA,
 REPRESENTADO POR IGNEZ DO COUTO SOUSA
ADVOGADO(A/S) : ROBERTO ELIAS CURY E OUTROS

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ORDEM DE SEQUESTRO FUNDADA EM
 PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. APURAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DOS
 DEPÓSITOS. EXPEDIÇÃO PARA PAGAMENTO EM NOVENTA DIAS, NOS TERMOS
 DO ART. 337, VII, DO RITJESP.

Viola a autoridade da decisão proferida por esta Corte durante o julgamento da ADI 1.098 (rel. min. Marco Aurélio, Pleno, RTJ 161/796) ordem para pagamento de precatório complementar, expedido nos termos do art. 337, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não se refira a erros de cálculo ou inexatidões aritméticas.

PRECATÓRIO. EXTINÇÃO DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. SUBSTITUIÇÃO.

A mera substituição de índices de correção monetária extintos, por aqueles que legalmente vierem a substituí-los, não viola a autoridade da decisão proferida por ocasião do julgamento da ADI 1.098.

Reclamação conhecida e julgada procedente.

A C Ó R D ã O

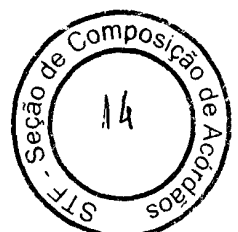
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria, em julgar procedente a reclamação, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 04 de março de 2009.


JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



04/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECLAMAÇÃO 3.119-5 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
 RECLAMANTE(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
 ADVOGADO(A/S) : PGE-SP - JOSÉ DO CARMO MENDES JÚNIOR
 E OUTRO(A/S)
 RECLAMADO(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
 PAULO (PEDIDO DE SEQUESTRO N°
 107.791.0/9-00)
 INTERESSADO(A/S) : ESPÓLIO DE FAUSTINO DO COUTO SOUZA,
 REPRESENTADO POR IGNEZ DO COUTO SOUSA
 ADVOGADO(A/S) : ROBERTO ELIAS CURY E OUTROS

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Assim relatei a reclamação, ao examinar o pedido de medida cautelar:

"Trata-se de reclamação ajuizada pelo ESTADO DE SÃO PAULO contra decisão concessiva de ordem de sequestro de verbas públicas (sequestro 107.791.0/9-00) proferida pelo TJ/SP. Alega-se violação da autoridade das decisões proferidas por esta Corte na ADI 1.098 e nas IF 1.337 e 3.248.

Relata o reclamante que 'o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deferiu pedido de sequestro (**documento 1**) formulado por Faustino do Couto Souza e sua mulher, no montante de **R\$ 324.357,04, para a satisfação de ofícios requisitórios expedidos com fulcro no artigo 337, VII do RITJESP, a título de complementação do EP 3228/84, ordem cronológica 31/84, colhido pela disciplina do artigo 33 do ADCT. Tal precatório é caudatário da ação expropriatória 724/81, que tramitou pela 2º Vara da Fazenda Pública de São Paulo, e já havia recebido os depósitos correspondentes às 8 (oito) parcelas do artigo 33 do ADCT, conforme informação do próprio E. Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos do sequestro (**documento 2**)' (fls. 03 - grifos originais).**

Rcl 3.119 / SP

De acordo com o reclamante, a ofensa à orientação firmada na ADI 1.098 consiste na adoção de índices de atualização, para o cálculo complementar, diversos dos critérios uniformemente aplicadas pela Fazenda Estadual bem como pela atual tabela do próprio TJ/SP (fls. 17). Ademais, a ordem de seqüestro estaria baseada na inclusão de juros moratórios após 05.10.1988, data de consolidação dos créditos, em contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Para comprovar sua tese, a parte transcreve a ementa do RE 155.979 (rel. min. Marco Aurélio, DJ 23.02.2001).

Conclui que, 'assim, não se tratando de 'erro material ou aritmético ou de inexatidão do cálculo do precatório', evidencia-se que a decisão impugnada afastou-se da interpretação dada aos incisos VI e VII, do artigo 337, do RITJSP que, por via transversa, está sendo aplicado pela decisão recorrida' (fls. 19).

Após transcrever decisão proferida nos autos da IF 3.248 (rel. min. Maurício Corrêa), afirma o reclamante:

'[...] tem-se que o pagamento do saldo postulado pelos requerentes, decorrente de interpretação divergente quanto aos índices e critérios, inclusive no tocante aos juros moratórios e compensatórios, uniformemente adotados pela Fazenda Pública à época do pagamento de cada um dos oitavos, de conformidade com o disposto no artigo 33 do ADCT da Constituição Federal, deverá se dar mediante a expedição de precatório novo, a compor peça orçamentária nova, pois neste caso concreto isto já foi decidido, por esse Colendo Supremo Tribunal Federal, não sendo possível que o seqüestro venha agora a desafiar a autoridade das citadas decisões.' (Fls. 23)

Do exposto, pede a suspensão liminar da ordem de seqüestro 107.791.0/0, com a final cassação da decisão proferida pelo TJ/SP." (Fls. 213-216.)

Rcl 3.119 / SP

Deferi a medida cautelar pleiteada porque a decisão reclamada utilizara a Taxa Referencial (TR) como índice substitutivo de correção monetária.

Solicitadas informações à autoridade reclamada, sustentou a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a validade da ordem de constrição, asseverando ainda, textualmente, o seguinte:

"[...] O cálculo foi elaborado com a utilização dos mesmos índices aplicados na conta levada a efeito em primeira instância, sendo que a substituição apenas se deu em razão de determinação legal.

[...]

Ressalte-se a existência de duas situações jurídicas distintas e inconfundíveis: uma - vedada pela ADIn 1.098-1 - de alteração dos índices utilizados no juízo da liquidação, já cobertos pela coisa julgada; outra, de substituição dos índices extintos utilizados na liquidação, por novos indexadores que tomaram seu lugar, sempre com a cautela de não fazê-los retroagir no tempo.

O caso concreto trata da segunda hipótese, de preservação dos índices utilizados na liquidação, substituindo-os apenas em caso de extinção, por novos indexadores oficiais, sem um arranhão ao decidido na ADIn 1.098-1." (Fls. 270.)

Afirma-se, ainda, inexistir violação das decisões prolatadas na IF 1.337 e na IF 3.248, uma vez que não teria ocorrido sobreposição de índices de correção monetária.

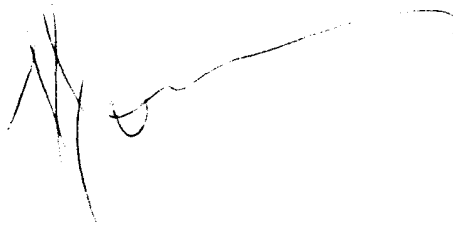
Os interessados apresentaram impugnação (fls. 227-243) e interpuseram agravo regimental (fls. 247-263), sustentando

Rcl 3.119 / SP

estarem presentes os requisitos para efetivação do seqüestro de verbas públicas em virtude de **preterição**, bem como a preservação dos índices de correção monetária originalmente utilizados pela decisão transitada em julgado, substituídos pelos devidos sucessores, apenas nos casos de extinção legal.

O procurador-geral da República opinou pelo não-conhecimento do agravo regimental, porquanto intempestivo, e pela improcedência da reclamação (fls. 287-290). Diante disso, os interessados pugnaram pela tempestividade do recurso (fls. 293-294).

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Em exame mais aprofundado da questão, reputo consistente a alegação de ofensa à autoridade da orientação firmada por esta Corte no julgamento da ADI 1.098 (rel. min. Marco Aurélio, DJ de 25.10.1996).

Como se lê a fls. 30, a ordem de seqüestro em exame expressamente considerou desnecessária a expedição de novo precatório para pagamento de saldo remanescente e fundado na insuficiência dos depósitos. Contudo, no caso em exame, a insuficiência não se funda em erro de cálculo ou inexatidão aritmética no cálculo do precatório, mas em inadimplência creditada ao reclamante (cf. a manifestação do órgão contador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo juntada a fls. 38).

A decisão reclamada viola a autoridade do precedente indicado na medida em que se refere a diferenças que **não resultam** de erro de cálculo ou inexatidão aritmética, mas cujo pagamento foi requisitado no prazo de noventa dias (art. 337, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

Registro, nesse sentido, o seguinte trecho do acórdão da ADI 1.098:

Rcl 3.119 / SP

"[...]"

PRECATÓRIO - ATUALIZAÇÃO DE VALORES - ERROS MATERIAIS - INEXATIDÕES - CORREÇÃO - COMPETÊNCIA.

Constatado erro material ou inexatidão nos cálculos, compete ao Presidente do Tribunal determinar as correções, fazendo-o a partir dos parâmetros do título executivo judicial, ou seja, da sentença exequenda.

PRECATÓRIO - ATUALIZAÇÃO - SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICE. Ocorrendo a extinção do índice inicialmente previsto, o Tribunal deve observar aquele que, sob o ângulo legal, vier a substituí-lo.

"[...]" (RTJ 161/796.)

Naquele julgamento, o Supremo Tribunal Federal excluiu outras interpretações do art. 337, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça paulista:

"Que não sejam a de que a requisição a título de complementação dos depósitos insuficientes, a ser feita no prazo de noventa dias, somente deve referir-se a diferenças resultantes de erros materiais ou aritméticos ou de inexatidões dos cálculos dos precatórios."

A orientação então firmada pela Corte foi aplicada por ocasião do julgamento da ADI 2.924 (rel. min. Carlos Velloso, j. 30.11.2005). Como se lê no resultado de julgamento, publicado em 07.12.2005, *verbis*:

"O tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação direta para dar interpretação conforme à Constituição ao preceito regimental objeto da causa, sem redução de texto, para o fim de ficar assentado que pagamentos complementares a que se refere o citado preceito, inciso V do artigo

Rcl 3.119 / SP

336 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, são somente aqueles referentes a atualização dos valores decorrentes de correção de erro material ou de inexatidão aritmética, contidos no precatório original, bem assim da substituição, por força de lei, do índice aplicado [...]"

Eis a ementa do precedente:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIO. CRÉDITO COMPLEMENTAR: NOVO PRECATÓRIO. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, inciso V do art. 336. CF, art. 100. Interpretação conforme sem redução do texto.

I. - Dispõe o inciso V do art. 336 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que "para pagamentos complementares serão utilizados os mesmos precatórios satisfeitos parcialmente até o seu integral cumprimento". Interpretação conforme, sem redução do texto, para o fim de ficar assentado que "pagamentos complementares", referidos no citado preceito regimental, são somente aqueles decorrentes de erro material e inexatidão aritmética, contidos no precatório original, bem assim da substituição, por força de lei, do índice aplicado.

II. - ADI julgada procedente, em parte."

Por outro lado, não constato a alegada ofensa quanto à modificação dos índices de correção monetária extintos, pois a decisão limita-se a substituir tais indexadores por outros legalmente determinados para a correção monetária dos créditos em discussão. Transcrevo, nesse sentido, a seguinte passagem do parecer do procurador-geral da República:

"Verifica-se, então, que ao deferir o pedido de seqüestro para pagamento do precatório, a autoridade reclamada limitou-se a apurar o valor

Rcl 3.119 / SP

remanescente, com a sua devida correção, dentro dos parâmetros estabelecidos pela sentença exequenda. Significa dizer, portanto, que não houve alteração dos critérios de cálculo do montante devido, como sustenta o reclamante, mas, no dizer da autoridade reclamada, houve apenas a atualização das parcelas ainda por pagar, observados os limites da condenação." (Fls. 289.)

Registro, ainda, o seguinte precedente firmado pela Corte:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. DEFERIMENTO DE SEQUESTRO DE VERBAS PÚBLICAS COM FUNDAMENTO NO § 2º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. ALEGADO DESRESPEITO À DECISÃO TOMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI 1.098. TESE QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO, UMA VEZ QUE A SEQUESTRAÇÃO FOI DECRETADA COM FUNDAMENTO NO § 2º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO, ANTE A VERIFICAÇÃO DE QUE A FAZENDA ESTADUAL HAVIA QUEBRADO A ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS. **POR OUTRO LADO, AINDA QUE POSSÍVEL ANTEVER ALGUMA SEMELHANÇA ENTRE O OBJETO DA CAUSA E A QUESTÃO DEBATIDA NA ADI 1.098, RESTA INCONTROVERSO QUE A DECISÃO RECLAMADA PRESERVOU OS ÍNDICES UTILIZADOS NA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, APENAS SUBSTITUINDO-OS NO CASO DE EXTINÇÃO DOS ANTERIORES. RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.**" (Rcl 2.828, rel. min. Carlos Britto, Pleno, DJ de 30.06.2006 - Grifei.)

Quanto à utilização da TR como índice de correção monetária, observo que, não obstante tenha a decisão proferida no julgamento da ADI 483 (rel. min. Moreira Alves, DJ de 04.09.1992) afirmado que "a taxa referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois, refletindo as variações do custo primário da captação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda", a

Rcl 3.119 / SP

Segunda Turma reconheceu a validade do índice, desde que respeitada a vedação à retroatividade.

Menciono, nesse sentido, os seguintes precedentes:

"EMETA: TRIBUTÁRIO. ICMS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA REFERENCIAL DIÁRIA. INAPLICABILIDADE A FATOS GERADORES CONSUMADOS ANTERIORMENTE À SUA INSTITUIÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. PRECEDENTE. 1. Taxa Referencial Diária. Índice de remuneração mensal da média líquida de impostos, de títulos privados ou títulos públicos federais, estaduais e municipais. Utilização do indexador como fator de correção monetária de débitos fiscais. Possibilidade. 2. Fato gerador consumado anteriormente à vigência da Lei nº 8.177/1991. Incidência da TRD. Impossibilidade em face do princípio da irretroatividade, dado que a referida taxa altera não apenas a expressão nominal do imposto, mas também o valor real da respectiva base de cálculo. Precedente. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 204.133, rel. min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ de 17.03.2000.)

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. UTILIZAÇÃO DA TR COMO ÍNDICE DE INDEXAÇÃO. I. - O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIns 493, Relator o Sr. Ministro Moreira Alves, 768, Relator o Sr. Ministro Marco Aurélio e 959-DF, Relator o Sr. Ministro Sydney Sanches, não excluiu do universo jurídico a Taxa Referencial, TR, vale dizer, não decidiu no sentido de que a TR não pode ser utilizada como índice de indexação. O que o Supremo Tribunal decidiu, nas referidas ADIns, é que a TR não pode ser imposta como índice de indexação em substituição a índices estipulados em contratos firmados anteriormente a Lei 8.177, de 01.03.91. Essa imposição violaria os princípios constitucionais do ato jurídico perfeito e do direito adquirido. C.F., art. 5., XXXVI. II. - No caso, não há falar em contrato em que ficara ajustado um certo índice de indexação e que estivesse esse índice sendo substituído pela TR. E dizer, no caso, não há nenhum contrato a impedir a aplicação da

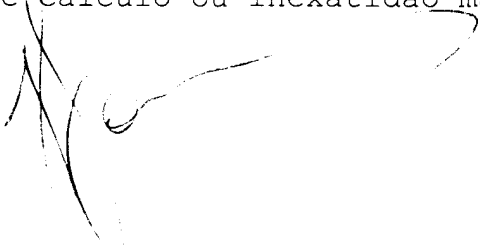
Rcl 3.119 / SP

TR. III. - R.E. não conhecido." (RE 175.678, rel. min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ de 04.08.1995.)

Por fim, não conheço da reclamação quanto ao alegado desrespeito à autoridade do acórdão prolatado no RE 155.979 (rel. min. Marco Aurélio, DJ de 23.03.2001), porque não se trata de precedente dotado de força vinculante e efeitos *erga omnes*.

Ante o exposto, **conheço da reclamação e julgo-a procedente**, para cassar a ordem de seqüestro, em virtude de a requisição para pagamento do crédito em exame ter sido expedida para pagamento nos termos do art. 336, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, embora não fundada em simples erro de cálculo ou inexatidão material.

É como voto.



04/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECLAMAÇÃO 3.119-5 SÃO PAULO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, a causa de pedir é única. Considerado o pano de fundo - o famigerado precatório -, apontou-se, na inicial desta reclamação, o desrespeito ao que decidido pelo Plenário na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.098-1/SP. Leio, no entanto, o ato atacado, e já não podemos, a esta altura, revolver a problemática do pagamento integral ou não do que estampado no precatório. É matéria que não nos cabe apreciar no âmbito restrito da reclamação.

Leio a decisão que se diz discrepante do pronunciamento do Tribunal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.098-1/SP:

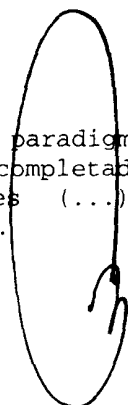
"Conforme decidido pelo E. Plenário, possível a confrontação para efeito de preterição de um crédito submetido ao artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" - aquela moratória primeira - "com outro sujeito à Emenda Constitucional nº 30/2000.

Isto se faz para assentar existente precedência obrigatória no atendimento do crédito objeto do primeiro parcelamento constitucional (artigo 33 do ADCT).

Com efeito, lê-se da ementa do Agravo Regimental (...)"

Então há a transcrição. Mas a parte que interessa diz respeito à assertiva segundo a qual não teria sido liquidado o precatório:

"No caso em tela, constata-se que o crédito paradigma (EP-6308/98) recebeu pagamentos antes que se tivesse completado pagamento das parcelas do crédito dos requerentes (...), oriundas da moratória instituída pelo artigo 33 do ADCT.



Rcl 3.119 / SP

Quanto aos índices de atualização utilizados, é bem de ver que, nesta Presidência, respeita-se os critérios da execução, de onde provindo cálculo inaugural, aqui apenas recomposto, nos exatos termos fixados na ADin nº 1.098-SP.

Ou seja, na origem foram utilizados os índices questionados, o que só lá pode ser alterado. Nem se pode argumentar com a ausência de precatório se afinal, o valor daquele originariamente expedido não foi pago por completo. Menos ainda, ao que se entende, seria o caso de expedição de novo precatório para pagamento de saldo do mesmo débito, exatamente o que a Emenda nº 37, ao dar a redação ao art. 100, da Constituição Federal de 1988, acrescentando o § 4º, quis evitar.

A idéia é a da extinção do precatório com seu pagamento integral, sem que, para saldo em aberto, se cogite de outro precatório, com renovada ordem cronológica, quando o primeiro já deveria ter sido pago."

Então, a premissa do sequestro foi a preterição presente a ausência de liquidação do precatório tal como expedido e observados os índices primitivos.

Nas informações, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo voltou a ressaltar que não houve substituição de índice, a não ser daqueles índices extintos, prevendo a nova lei outros em substituição - tal como concluimos que poderia ocorrer. Fui o relator dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.098-1/SP, que atacava não só a Constituição do Estado de São Paulo, como também o Regimento do Tribunal de Justiça. Lembro-me bem da matéria.

Julgo a reclamação procedendo ao cotejo do que articulado na inicial com o ato atacado.

Peço vênica ao relator para ter como improcedente o pedido formulado pelo Estado de São Paulo, que, até hoje, não liquidou os precatórios alimentícios de 1999.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****RECLAMAÇÃO 3.119-5**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

RECLTE.(S): ESTADO DE SÃO PAULO

ADV.(A/S): PGE-SP - JOSÉ DO CARMO MENDES JÚNIOR E OUTRO(A/S)

RECLDO.(A/S): TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(PEDIDO DE

SEQÜESTRO Nº 107.791.0/9-00)

INTDO.(A/S): ESPÓLIO DE FAUSTINO DO COUTO SOUZA, REPRESENTADO
POR

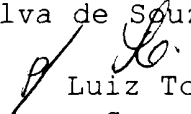
IGNEZ DO COUTO SOUSA

ADV.(A/S): ROBERTO ELIAS CURY E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a reclamação, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Não votaram os Senhores Ministros Carlos Britto e Eros Grau por não terem assistido ao relatório. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello e a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 04.03.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cármem Lúcia e Menezes Direito.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.



Luiz Tomimatsu
Secretário